

# INDICADORES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL: UM ESTUDO SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL RURAL NO BRASIL

Carlos Vinícius da Silva Pinto<sup>1</sup>  
Betty Nogueira Rocha<sup>2</sup>  
Nikolas de Camargo Pirani<sup>3</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos desafios no debate sobre políticas públicas é a definição de metodologias capazes de fornecer subsídios para o monitoramento e a avaliação da sua execução, da eficiência, da eficácia e dos impactos das ações implementadas. Apesar dos avanços significativos na produção de dados e indicadores, é importante realçar a utilização de indicadores sociais para análises quantitativas e qualitativas sobre mudanças (ou permanências) nas dinâmicas territoriais. Jannuzzi (2012) destaca que os “indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento das condições de vida e o bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil” (Jannuzzi e Guimarães, 2005; Jannuzzi, 2012). *Grosso modo*, os indicadores sociais permitem a mensuração dos avanços ou retrocessos nas condições de vida da população e podem contribuir para reflexões sobre os limites e/ou as potencialidades das políticas públicas.

Devido à sua abrangência no Brasil, um dos indicadores usualmente utilizados na construção de um esquema analítico-evolutivo é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o IDHM. A finalidade deste trabalho é apresentar os principais caminhos metodológicos adotados na construção deste índice, bem como realçar os aspectos inovadores da nova plataforma do

---

1. Doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (Furg) e pesquisador no projeto Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), do Ipea e da Fundação João Pinheiro (FJP), em Brasília.

2. Doutora em ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), professora adjunta no Departamento de Ciências Econômicas da UFRRJ e pesquisadora no projeto Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Pnud, do Ipea e da FJP, em Brasília.

3. Mestre em ciências sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e analista de estatística no Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional do Pnud Brasil.

Atlas do Desenvolvimento Humano, ao possibilitar a desagregação<sup>4</sup> dos dados por situação de domicílio a partir das categorias rural e urbano utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).<sup>5</sup> O objetivo deste ensaio é apresentar, brevemente, as opções metodológicas adotadas, e salientar alguns apontamentos analíticos do que podemos convencionar como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Rural, ou IDHM Rural.

As inovações metodológicas no âmbito do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é fruto da parceria entre o Ipea, o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (Pnud) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Lançado em agosto de 2013, o projeto faz uso de um conjunto de indicadores que revelam os déficits de bem-estar social nos territórios, no intuito de contribuir para a produção de políticas públicas melhor sintonizadas com as carências e s necessidades da população, nas diversas regiões e unidades administrativas do país.

No início de 2016 uma nova fase da pesquisa teve por objetivo ampliar o entendimento da realidade brasileira em suas diversas escalas e dimensões, a partir do cálculo dos dados, dos indicadores e das dimensões que compõem o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, desagregados para o espaço rural e urbano, possibilitando um conhecimento mais amplo das condições de vida e da realidade social nestes espaços, como resultado das políticas agrárias e das transformações sociais recentes.

O IDHM Rural reflete a importância da desagregação de um conjunto de indicadores capaz de diagnosticar as condições sociais das pessoas e das famílias e a necessidade de dar continuidade à construção deste índice para o espaço rural brasileiro, refinando cada vez mais as métricas com o objetivo não apenas de mensurar e de observar os avanços e os efeitos do que já vem sendo executado, mas também de captar as novas sutilezas que se impõem, decorrentes das conjunturas políticas e econômicas em curso.

Cientes das limitações impostas por indicadores sintéticos, este ensaio pretende apresentar alguns apontamentos reflexivos sobre o comportamento dos dados sob a perspectiva do desenvolvimento rural no Brasil, e também acrescentar à abordagem conceitual sobre desenvolvimento humano uma perspectiva de dimensionar seu referencial sob o aspecto da ruralidade.

Ainda que este exercício exija um estudo mais aprofundado<sup>6</sup> a respeito da realidade sobre o espaço rural brasileiro e partindo do entendimento de que desenvolvimento rural não é sinônimo de desenvolvimento econômico, os indicadores analisados nas três dimensões que compõem o índice, a saber: longevidade, educação e renda, permitirão uma compreensão do universo rural no Brasil para além do paradigma da modernização

---

4. A desagregação dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano foi realizada segundo sexo, cor e situação de domicílio.

5. No campo normativo a definição de rural e urbano remonta ao Decreto-Lei nº 311, de 1938, responsável por regulamentar as unidades administrativas. Independentemente da existência (ou não) de características estruturais (número de habitantes, de eleitores, existência de escolas, hospitais, segurança, entre outros serviços e infraestruturas), a legislação estabeleceu como cidade toda e qualquer sede de circunscrição territorial, assim como uniformizou como vila a sede territorial do distrito. Disto decorreu diversas distorções, as quais limitam, significativamente, a geração de dados e informações sobre estas realidades sociais.

6. Cabe salientar que consideramos a necessidade de um estudo mais aprofundado a respeito da diversidade do rural brasileiro, compreendendo, assim, as suas especificidades e particularidades. Contudo, o exercício de análise realizado neste texto propõe-se a apresentar os resultados da desagregação do IDHM Rural, servindo como suporte a investigações futuras sobre esta realidade.

da agricultura. Desse modo, os indicadores serão analisados com o objetivo de contrastar o comportamento dos dados juntamente à dinâmica do desenvolvimento rural no Brasil.

Com o objetivo de discutir os resultados apresentados pelo IDHM Rural, este texto destaca as diferenças intrarregionais sob o aspecto do desenvolvimento humano rural no Brasil para o ano de 2010. Além disso, de acordo com o *Relatório do Desenvolvimento Humano para Além das Médias*, lançado em 2017 (Pnud, Ipea e FJP, 2017), as populações rural e urbana no Brasil apresentam a maior desigualdade entre os grupos analisados pela desagregação dos dados do IDHM. Será apresentada também uma breve análise desta desigualdade por situação de domicílio no país.

## 2 DESENVOLVIMENTO HUMANO: ALGUNS APONTAMENTOS

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto inicialmente em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), considera em seu cálculo três dimensões: a longevidade, o conhecimento e o acesso a recursos, que garantam minimamente um nível de vida decente.<sup>7</sup>

Por meio dos indicadores extraídos dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, o IDH é calculado no nível municipal, sendo representado pelo IDHM. A metodologia de cálculo do IDHM foi adaptada às especificidades da realidade brasileira, mantendo a concepção de desenvolvimento humano abordada pelo IDH global,<sup>8</sup> com ressalva, porém, de duas alterações relacionadas à disponibilidade dos dados produzidos pelo IBGE: o acesso ao conhecimento é aferido pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem, e o padrão de vida obtido por meio da renda *per capita* média municipal. Em que pesem as reconhecidas limitações de indicadores sintéticos, o IDHM busca representar as condições e as oportunidades dos indivíduos em ter uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e educação, e, por fim, a obtenção de renda que possibilite a garantia das necessidades básicas da família.

Em 2016, no âmbito do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, foi iniciada a etapa de desagregação dos indicadores por sexo, cor e situação de domicílio (rural e urbano). A atual fase do projeto dá continuidade ao esforço de disponibilizar informações aos diversos públicos da sociedade brasileira, promovendo o conhecimento sobre a realidade de diferentes grupos sociais. A desagregação destas informações por situação de domicílio e a leitura destes dados por meio do IDHM Rural traçam, pela primeira vez, um panorama de desenvolvimento humano para indivíduos que residem fora dos espaços urbanos no Brasil.

---

7. A longevidade de uma população é expressa pela variável expectativa de vida ao nascer; o grau de conhecimento traduzido em duas variáveis educacionais, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino; e o acesso a recursos é expresso pela variável renda *per capita*. Diferentemente da perspectiva de desenvolvimento econômico, em que bem-estar social é relacionado quase que exclusivamente à variável renda, a noção de desenvolvimento sintetizada no IDH relaciona-se com os estudos dos economistas Mahbub Ul Haq (1995) e Amartya Sen (2000). Trata-se de um indicador sintético e multivariado que permite a avaliação de um dado nível de desenvolvimento humano relacionado, segundo os autores, com a noção de desenvolvimento como expansão das capacidades humanas, e, portanto, a uma concepção de bem-estar para além das condições econômicas indicadas pelo produto interno bruto (PIB) (Pnud, Ipea e FJP, 2013).

8. Por se tratar de um indicador sintético, distintos estudos promovidos pelo Pnud destacam que o IDH, e, por sua vez, o IDHM, não abrange todos os aspectos do desenvolvimento humano, já que outras dimensões como democracia, participação social, equidade e sustentabilidade, por exemplo, não são contempladas na metodologia.

Partindo de uma visão integradora dos espaços rurais, o foco das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural nas últimas décadas teve como premissa a redução da pobreza, a superação das desigualdades sociais, a promoção de inclusão social e os direitos à cidadania. Nesta perspectiva as particularidades e as características heterogêneas do rural na contemporaneidade expressam-se na relação dialógica entre o campo e a cidade, ou entre o rural e o urbano. Daí a importância que assumiu o debate sobre a adoção do território como unidade de planejamento, direcionamento e aplicação de políticas públicas.<sup>9</sup>

Esta concepção parte da ideia de um espaço físico que se constrói na interação entre rural e urbano em uma escala multidimensional (meio ambiente, economia, cultura, política, instituições etc.) e o reconhecimento do rural para além do agrícola. Neste sentido, supera o caráter setorial e estimula a constituição de arranjos institucionais capazes de qualificar os processos de desenvolvimento mediante o reconhecimento e a valorização dos espaços socialmente construídos (Favareto, 2010; Delgado e Leite, 2011).

A promoção de políticas públicas de desenvolvimento rural possui um caráter endógeno, na medida em que pretende valorizar os aspectos identitários, as dinâmicas locais e a diversidade dos territórios. É justamente por isto que a materialização desta estratégia não se consolida na mesma escala, tampouco na mesma intensidade em todos os territórios, o que nos leva a crer que a análise dos dados desagregados do Censo pode nos fornecer subsídios para compreender tendências sobre o comportamento dos indicadores em distintas áreas do território nacional.

### 3 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O IDHM RURAL NO BRASIL E NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

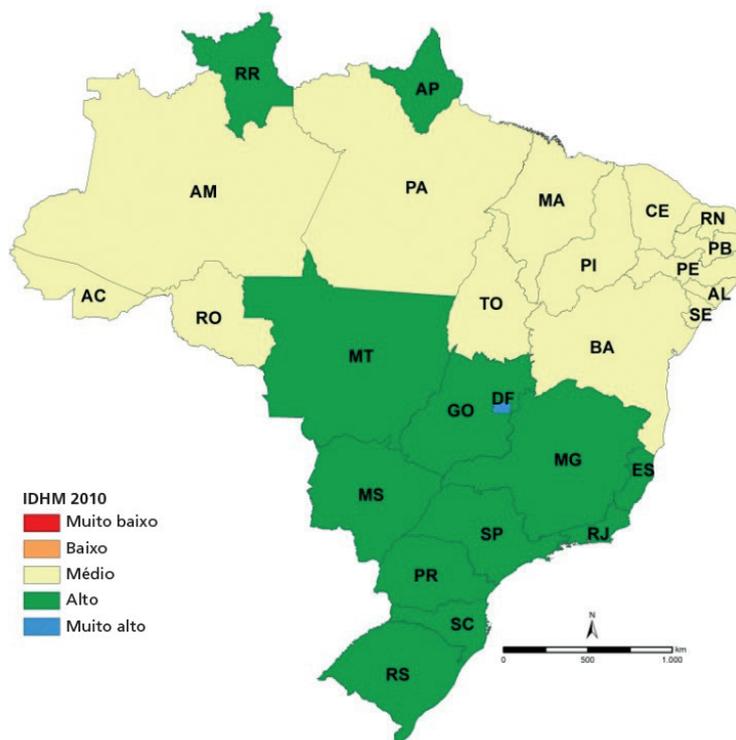
Em 2010, o Brasil encontrava-se na faixa de *alto* desenvolvimento humano, com 0,727 IDHM. Nesse ano, entre as Unidades da Federação (UFs), apenas o Distrito Federal destacava-se na faixa de  *muito alto*  desenvolvimento humano (Mapa 1). Os demais estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentaram valores que os caracterizavam na faixa de *alto* desenvolvimento humano. Por sua vez, com exceção de Amapá e de Roraima (*alto* IDHM), todas as UFs do Norte e do Nordeste apresentaram *médio* desenvolvimento humano (na faixa de 0,600 a 0,699).<sup>10</sup>

---

9. Considerando o amplo e extenso debate sobre as singularidades do rural brasileiro, bem como os limites deste ensaio, apresentamos aqui, de maneira concisa, o argumento que inspira esta breve incursão reflexiva. Para um maior aprofundamento sobre as questões teóricas envolvidas no debate, sugerimos ver Wanderley e Favareto (2013), Delgado e Leite (2011) e Favareto (2010).

10. Importante destacar que, por questões de limitações metodológicas, não foram disponibilizados dados desagregados para o rural em 2000. Isto ocorre pelas diferenças entre as bases territoriais utilizadas pelo IBGE para os Censos de 2000 e 2010. Por essa razão os dados para o IDHM Rural somente estão disponibilizados com base no Censo de 2010.

MAPA 1  
Faixas do IDHM por UF (2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (Pnud, Ipea e FJP, 2013).

Elaboração: Clayton Gurgel Albuquerque.

Nota do Editorial: imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação.

São inegáveis os avanços registrados em períodos recentes, se considerarmos que, em 2000, parte significativa dos municípios brasileiros estava na faixa de muito baixo e baixo desenvolvimento humano. Todavia, isto não resultou em redução de desigualdades na mesma proporção.

A desagregação do IDHM por situação de domicílio demonstra que os espaços rurais do Brasil registraram menor desenvolvimento humano do que as áreas urbanas. No ano de 2010, o IDHM Rural do Brasil estava na faixa de *baixo* desenvolvimento humano (0,586), valor 28% inferior ao IDHM encontrado em áreas urbanas do país, que, por sua vez, encontrava-se na faixa de *alto* desenvolvimento humano (0,750).

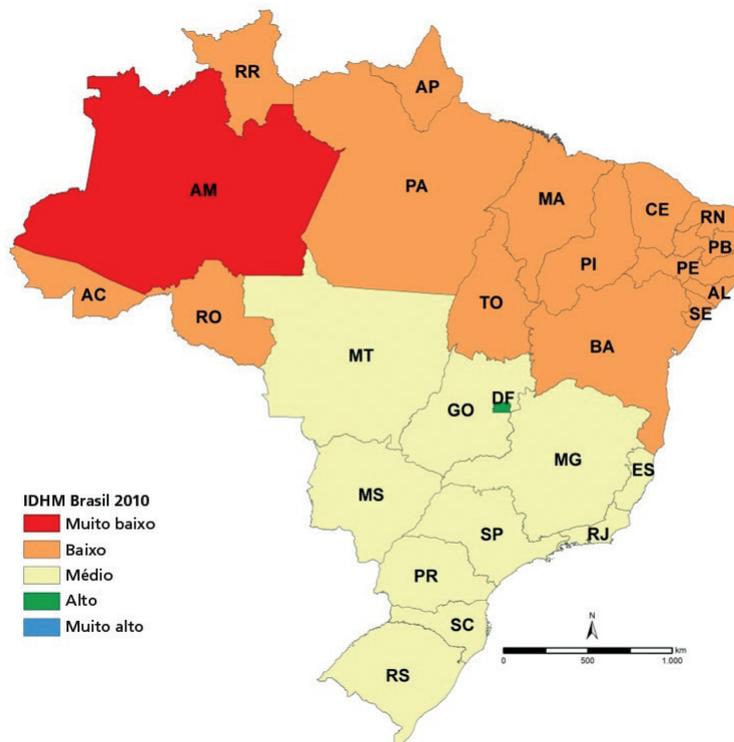
Ainda que os baixos indicadores sociais sejam predominantes nos espaços rurais, há de se fazer uma ressalva sobre a costumeira associação entre pobreza e políticas de desenvolvimento rural, uma vez que o conjunto de políticas públicas direcionado ao rural brasileiro, embora tenha promovido melhorias nas condições de vida e existência das populações rurais, é notório que vultosos recursos ficam reservados àquelas políticas que apresentam maior potencialidade competitiva de mercado, ou seja, pelos agentes do agronegócio.<sup>11</sup> Apesar do

11. O que pode explicar melhor este fato é a diferenciação que o governo brasileiro faz ao manter dois órgãos federais para tratar as políticas voltadas ao rural no país. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), voltado para assuntos relacionados ao agronegócio, e o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que atualmente possui *status* de Secretaria Especial relacionada aos assuntos do desenvolvimento da agricultura familiar.

crescente aporte de recursos direcionados à agricultura familiar nas últimas décadas, vale destacar que boa parte desses recursos, para atender à agricultura familiar, tem suas rubricas orçamentárias vinculadas aos programas de combate à pobreza,<sup>12</sup> e, neste sentido, não estão articulados em ações que visam à redução de desigualdades ou à dinamização econômica do espaço rural. Naturalmente, são políticas de extrema relevância para segurança alimentar e redução da pobreza; no entanto, acabam por revelar sua ambiguidade, ao vincular o rural com pobreza, e, por sua vez, com a ideia de atraso, mantendo a antiga dicotomia entre rural e urbano (Favareto, 2007).

No que diz respeito ao comportamento dos valores do IDHM Rural nas UFs, observa-se que as situações de *baixo* e *médio* desenvolvimento humano prevalecem em praticamente todo o território brasileiro (Mapa 2). Embora registremos variações, destaca-se o resultado do Amazonas, com o IDHM Rural mais baixo entre as UFs, caracterizando-o como o único estado na faixa de  *muito baixo* desenvolvimento humano (0,484), e o Distrito Federal na faixa de *alto* desenvolvimento humano (0,707), não obstante seja necessário relativizar este indicador devido às especificidades da sua área rural. Entre as demais UFs o destaque fica por conta de Santa Catarina, com IDHM Rural de 0,698, muito próximo do *alto* desenvolvimento humano.

MAPA 2  
Faixas do IDHM Rural por UF (2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (Pnud, Ipea e FJP, 2013).

Elaboração: Clayton Gurgel Albuquerque.

Nota do Editorial: imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação.

12. Inspirados na narrativa de Favareto (2007), referimo-nos aqui às políticas voltadas para agricultura familiar, entre as quais citamos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat).

As três dimensões que compõem o IDHM Rural apresentaram comportamentos bem distintos em todos os estados (tabela 1). O melhor desempenho foi da dimensão longevidade,<sup>13</sup> que registrou valores na faixa de *alto* e *muito alto* desenvolvimento humano em todas as UFs, demonstrando que a expectativa de vida da população rural melhorou consideravelmente no último decênio. Santa Catarina (0,836), Goiás (0,825) e São Paulo (0,824) foram os estados que obtiveram os melhores resultados, todos da faixa de *muito alto* desenvolvimento humano. O menor desempenho ficou com o estado de Alagoas (0,728), na faixa de *alto* desenvolvimento humano.

É possível notar, entretanto, que os bons resultados da dimensão longevidade não se repetem nas demais dimensões. Com exceção de Rondônia (0,614), que registrou indicador na faixa de *médio* desenvolvimento humano, as áreas rurais dos estados do Norte e do Nordeste foram as que apresentaram os piores resultados na dimensão renda,<sup>14</sup> representando 55% dos estados brasileiros com indicadores nas faixas de *muito baixo* e *baixo* desenvolvimento humano no IDHM Rural – renda. A falta de capacidade das famílias rurais dessas regiões em obter maiores níveis de renda é apenas mais um dos sintomas do grau de desigualdades e disparidades regionais engendradas na sociedade brasileira. Entre os desafios dessas regiões podemos citar a concentração fundiária; a falta de acesso à infraestrutura básica que facilite o transporte e a comercialização da produção; a dificuldade dos agricultores familiares em acessar linhas de créditos dos programas governamentais; o avanço atroz do agronegócio e a intensificação da tecnologia no campo, resultando, na maioria das vezes, na precarização das relações de trabalho no campo etc.

TABELA 1  
Valores do IDHM e as três dimensões por estado (2010)

	IDHM Rural	IDHM Rural – renda	IDHM Rural – longevidade	IDHM Rural – educação
<b>Brasil</b>	<b>0,586</b>	<b>0,589</b>	<b>0,775</b>	<b>0,441</b>
Acre	0,506	0,510	0,769	0,330
Alagoas	0,518	0,503	0,728	0,380
Amapá	0,558	0,538	0,778	0,415
Amazonas	0,484	0,462	0,765	0,320
Bahia	0,538	0,523	0,748	0,398
Ceará	0,575	0,504	0,766	0,493
Distrito Federal	0,702	0,734	0,814	0,579
Espírito Santo	0,628	0,627	0,818	0,484
Goiás	0,640	0,664	0,825	0,479
Maranhão	0,541	0,493	0,748	0,429
Mato Grosso do Sul	0,605	0,629	0,821	0,429
Mato Grosso	0,622	0,64	0,807	0,466
Minas Gerais	0,608	0,615	0,821	0,445
Paraíba	0,541	0,524	0,749	0,404
Paraná	0,656	0,664	0,822	0,517

(Continua)

13. O indicador que compõe a dimensão longevidade do IDHM é a esperança de vida ao nascer.

14. O indicador que compõe esta dimensão é expresso pela renda nacional bruta *per capita*.

(Continuação)

	IDHM Rural	IDHM Rural – renda	IDHM Rural – longevidade	IDHM Rural – educação
Pará	0,527	0,522	0,779	0,359
Pernambuco	0,540	0,519	0,752	0,403
Piauí	0,525	0,50	0,751	0,385
Rio de Janeiro	0,640	0,645	0,807	0,503
Rio Grande do Norte	0,566	0,534	0,765	0,444
Rio Grande do Sul	0,660	0,705	0,803	0,508
Rondônia	0,582	0,614	0,783	0,409
Roraima	0,543	0,513	0,804	0,389
Santa Catarina	0,698	0,713	0,836	0,571
São Paulo	0,691	0,687	0,824	0,583
Sergipe	0,537	0,526	0,743	0,397
Tocantins	0,564	0,560	0,759	0,423

Fonte: Pnud, Ipea e FJP (2017).

Contudo, o IDHM educação<sup>15</sup> expõe as situações agravantes e mais preocupantes para as populações rurais do Brasil. Todas as UFs estavam distribuídas nas faixas entre  *muito baixo e baixo*  desenvolvimento humano. No total, 78% das UFs apresentaram  *muito baixo*  desenvolvimento humano e 22%  *baixo*  desenvolvimento humano. Os melhores desempenhos, mais uma vez, concentram-se nos estados do Sul, do Sudeste e no Distrito Federal, com destaque para São Paulo (0,583), Distrito Federal (0,579) e Santa Catarina (0,571). Ou seja, mesmo nas áreas rurais economicamente mais dinâmicas, estruturadas e diversificadas, os indicadores de educação ficam aquém daqueles registrados em suas áreas urbanas. Um dos fatores que contribuíram, e muito, para o comportamento desse indicador, foi a redução do número de escolas rurais responsável, em algumas áreas, pela única oportunidade de crianças e jovens terem acesso à educação. Ou seja, as inovadoras políticas educacionais implementadas nas últimas décadas ficaram restritas à população urbana, denotando baixos indicadores educacionais para os povos do campo, das águas e das florestas, e, por sua vez, resultando em baixa (em alguns casos, nenhuma) capacidade dessa população obter renda e trabalho.

#### 4 ALGUMAS INSERÇÕES CONCLUSIVAS

Os dados do IDHM desagregados por situação de domicílio possibilitam a ampliação do conhecimento sobre a realidade do desenvolvimento humano no país e reafirmam as já conhecidas desigualdades enfrentadas pelas populações rurais. Neste sentido, o IDHM Rural pode ser entendido como uma ferramenta capaz de expressar as fragilidades e assimetrias de diferentes grupos sociais e fornecer subsídios para a elaboração de políticas comprometidas com a redução das desigualdades entre as diversas regiões do vasto território brasileiro.

Inúmeros são os desafios para a promoção do desenvolvimento humano no rural brasileiro. Não restam dúvidas de que a expansão das capacidades humanas nestas áreas envolve inovações discursivas no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, já que as políticas vigentes de fomento e incentivo basicamente à infraestrutura e à assistência técnica mostraram-se ineficazes na redução do abismo que separa o rural do urbano brasileiro.

15. É a combinação de indicadores calculados pela média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e a expectativa de anos de estudo.

## REFERÊNCIAS

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, p. 431-473, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/Xq4MZH>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Fapesp, 2007.

\_\_\_\_\_. Evolução das relações rural-urbano no Brasil: dinâmicas demográficas e análise comparada em perspectiva histórica. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE “DYNAMICS OF RURAL TRANSFORMATION IN EMERGING ECONOMIES”, New Delhi, 2010. **Annals...** New Delhi: International Conference “Dynamics of Rural Transformation in Emerging Economies”, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/icdY5x>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012.

JANNUZZI, P. M.; GUIMARÃES, J. R. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, p. 73-90, n. 1, 2005.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal brasileiro. Brasília: Pnud; Ipea; FJP, 2013.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Relatório do desenvolvimento humano para além das médias**. Brasília: Pnud; Ipea; FJP, 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UL HAQ, M. **Reflections on human development**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. Singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. *In*: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 21).

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/BKUQ5q>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/N6sCCx>>. Acesso em: 25 de nov. 2017.

